



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0001938-88.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 720/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 365/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 78/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **JONATHAN ROBERT GASPARIÑO DA SILVA**

Aos 19 de novembro de 2018, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Marcelo Buffulin Mizuno, Promotor de Justiça, bem como do réu **JONATHAN ROBERT GASPARIÑO DA SILVA**, acompanhado do Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro, Defensor Público. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de acusação Luiz Roberto da Silva Villar. Ausentes a vítima Marco Aurélio Azenha Benevenuto e a testemunha de acusação Luiz Augusto Oliveira, sendo que a vítima é moradora na cidade de Bauru e a testemunha é policial lotado em Ribeirão Bonito. As partes desistiram da oitiva da vítima e testemunha. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu. A colheita de toda a prova (depoimento da testemunha e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra Jonathan Robert Gasparino da Silva pela prática de crime de receptação. Instruído o feito o MP requer a procedência da ação penal. A materialidade demonstrada pelo auto de exibição e apreensão. A autoria ficou bem demonstrada. Apesar do acusado negar que soubesse da procedência ilícita do bem, ao receber pessoas que sequer conhecia o local de suas moradias bem como suas qualificações, e ocultar automóvel em poder daqueles, demonstra, com isso, comportamento doloso, ou seja, que sabia da procedência criminosa do bem. O acusado é primário razão pela qual não há impedimento para a concessão da pena restritiva de direitos. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: A denúncia emprega os núcleos do tipo ocultar e receber. Não houve ocultação porque o veículo estava em uma garagem aberta na qual era possível ver o carro da rua, destacando-se, que de fato a polícia encontrou sem maiores percalços o automóvel. Quanto ao verbo “receber”, não há evidência produzida pelo MP de que assim o foi de maneira dolosa. O “caput” do artigo 1810 só admite o dolo direto não sendo possível a condenação em razão da mera negligência ou da assunção do risco típica do dolo eventual. O réu conhecia as pessoas que lhe pediram para guardar o carro, moradores do bairro, que já tinham estudado e jogavam bola com ele. Comportamento “guardar o carro para alguém” não gera fundada suspeita contra ninguém, especialmente na circunstância em que aquele que recebe e guarda já conhece de antemão quem faz o pedido. Por essas razões requer-se a absolvição por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

insuficiência de provas nos termos do artigo 386, VII do CPP. Em caso de condenação observo que o réu era menor de 21 anos na data dos fatos e primário, fazendo por isso jus à pena mínima e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Presente nesta audiência e encerrada a instrução, requer-se a concessão do direito de recorrer em liberdade. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. JONATHAN ROBERT GASPARINO DA SILVA**, RG 42.429.465, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, *caput* do Código Penal, porque no período compreendido entre a 01h00min e às 22h30min do dia 05 de março de 2017, na Rua Guarino Baldan, nº 14, Cidade Aracy, nesta cidade e comarca, recebeu e posteriormente ocultou, em proveito próprio e alheio, o veículo GM/Meriva Maxx, placas EGJ-3360-Bauru-SP, cor prata, ano modelo 2010, coisa que sabia ser produto de crime, fazendo-o em detrimento de *Marco Aurélio Azenha Benevenuto* (cf. auto de exibição e apreensão as fls. 25/26 e boletim de ocorrência. Consoante o apurado, no dia 05 de março de 2017, por volta da 01h00min, nas imediações da cidade e comarca de Bauru-SP, o referido veículo veio a ser roubado por indivíduos desconhecidos. De conseguinte, no interregno entre a 01h00min e às 22h30min daquele dia, o denunciado recebeu o automotor em comento de pessoa(s) desconhecida(s), ciente da sua origem espúria, ao que o ocultou em sua residência, em proveito próprio e alheio. E tanto isso é verdade, que policiais militares realizavam patrulhamento de rotina, quando foram acionados para se deslocarem até o local dos fatos, a fim de apurar suposta prática de receptação. Uma vez no endereço indicado, os milicianos avistaram o GM/Meriva estacionado no interior da residência, sem o seu emplacamento. Logo a seguir, os policiais se depararam com o réu o qual, questionado, informou que dois conhecidos seus (não localizados – fls. 48/50) teriam solicitado a ele que guardasse o automotor ali, o que, supostamente, foi feito mediante o pagamento de R\$ 100,00. Porém, efetuada pesquisa pelo chassi do automóvel, confirmou-se que se tratava efetivamente de produto de roubo, ocorrido horas antes na cidade de Bauru, justificando a prisão em flagrante delito do denunciado. No mais, tem-se que o dolo de Jonathan porque ele não soube explicar exatamente de quem teria recebido o veículo em tela, pelo que as pessoas apontadas por ele sequer foram encontradas. Ainda, não soube o denunciado declinar a razão pela qual teria aceitado ocultar referido bem em sua casa, o qual, aparentemente, seus próprios “amigos” “receavam” pudesse ser roubado. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão temporária (fls. 94/95). A denúncia foi recebida, ocasião em que foi proposta a suspensão do processo (fls. 111). O réu foi citado (fls. 119) e o processo foi suspenso nos termos do artigo 89 da Lei 9099/95 (fls. 121). Posteriormente a suspensão do processo foi revogada (fls. 143), tendo sido apresentada a defesa prévia (Fls.152/154). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi inquirida uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição por falta de provas. **É o relatório. DECIDO.** Policiais militares avistaram um veículo na garagem da casa onde o réu residia. Constataram que o veículo era produto de roubo ocorrido na noite anterior. O réu admitiu que recebeu o veículo com a incumbência de guarda-lo por um dia sob a promessa de receber sem reais. Embora o réu sustenta que não tinha conhecimento que o veículo era produto de roubo, a verdade é que as circunstâncias reveladas indicam o contrário. O réu não soube identificar com precisão as pessoas que estavam com o veículo, falando apenas prenome e apelido. No interrogatório de hoje o réu admitiu que desconfiou da origem do carro. A natureza do crime aqui examinado admite o reconhecimento do elemento subjetivo através das circunstâncias do fato, porque é sabido da dificuldade de se ter prova concreta do dolo. Assim se chega a ele através das circunstâncias que levaram o acusado a receber o bem de origem ilícita. No caso dos autos transparece que efetivamente o réu, ao aceitar a incumbência de receber e guardar o veículo, em troca de uma compensação financeira, tinha plena condição de saber que aquele veículo era produto de crime. Assim, tenho como demonstrada a acusação e em especial o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

dolo exigido pelo tipo penal. A condenação é medida que se impõe. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores dos artigos 59 e 60 do Código Penal, em especial que o réu era na ocasião primário e ainda tem em seu favor o fato de possuir na época idade inferior a 21 anos, situação que caracteriza atenuante, delibero aplicar a pena mínima, isto é, em um ano de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo, que torno definitiva por inexistirem circunstâncias modificadoras. Entendo ainda presentes os requisitos para que a pena restritiva de liberdade seja substituída pela restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade. **CONDENO**, pois, **JONATHAN ROBERT GASPARINO DA SILVA** às penas de **um (1) ano de reclusão e de dez (10) dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade**, pelo mesmo prazo, por ter infringido **o artigo 180, “caput”, do Código Penal**. Em caso de reconversão à pena primitiva, **o regime será o aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pela taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):